



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Conselheiro-Substituto Josué Romero

Segunda Câmara

Sessão: **11/7/2017**

83 TC-002154/026/15 CONTAS ANUAIS

Prefeitura Municipal: Getulina.

Exercício: 2015.

Prefeito(s): Fábio Augusto Alvares.

Advogado(s): Manoel Eugênio Favinha Campassi (OAB/SP nº 165.480).

Acompanha(m): TC-002154/126/15.

Procurador(es) de Contas: Élidea Graziane Pinto.

Fiscalizada por: UR-4 - DSF-II.

Fiscalização atual: UR-4 - DSF-II.

TÍTULO	SITUAÇÃO	(Ref.)
Ensino	27,41%	(25%)
FUNDEB	100%	(95%~100%)
Magistério	79%	(60%)
Pessoal	51,15%	(54%)
Saúde	17,33%	(15%)
Transferências ao Legislativo	5,61%	(7%)
Receita Prevista	R\$ 25.377.608,05	
Receita Realizada	R\$ 25.604.137,69	
Execução orçamentária – superávit	R\$ 333.495,42 – 1,30%	
Execução financeira – déficit	R\$ 73.323,81	
Remuneração dos agentes políticos	Regular	
Ordem cronológica de pagamentos	Regular	
Precatórios (pagamentos)	Regular	
Encargos sociais	Regular	

Relatório

Em exame, as contas prestadas pela **Prefeitura do Município de Getulina**, relativas ao exercício de 2015, cuja fiscalização foi realizada pela equipe técnica da Unidade Regional de Marília, com base no permissivo previsto no TC-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

A-39.686/026/15 que analisou os resultados considerados essenciais para a emissão do parecer.

O relatório inserto às fls. 10/26 apresentou como relevantes as seguintes ocorrências:

Dívida de Curto Prazo

- ausência de liquidez.

Ensino

- os Conselhos Municipais de Educação e do FUNDEB e de Alimentação Escolar exerceram parcialmente suas atribuições;
- o Município não atingiu a meta prevista do IDEB para 2015.

Precatórios

- não houve o pagamento de requisitório de baixa monta (R\$ 3.970,72);
- o balanço patrimonial não registra corretamente as pendências judiciais.

Controle Interno

- um dos membros da Comissão do Controle Interno é ocupante de cargo em comissão;
- falta de relatórios periódicos.

Iluminação Pública

- não foi instituída a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública (CIPE).

Notificado, o responsável retirou cópia do relatório de fiscalização e em prazo dilatado a pedido juntou aos autos alegações de defesa e documentos (fls. 40/52) com os quais procura demonstrar a legalidade dos atos praticados.

Em linhas gerais contesta algumas considerações lançadas pela equipe de fiscalização; informa medidas de correção para alguns pontos, além de ponderar que não houve qualquer prejuízo ao erário.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Relativamente ao item "precatórios", encaminha os documentos de fls. 51/52 procurando demonstrar que os requisitórios de pequeno valor mencionados na instrução do feito foram pagos no período, sendo que o respectivo processo (ação trabalhista) encontra-se arquivada. Posto isso, entende que não há qualquer irregularidade no setor.

A **Assessoria Técnica de ATJ** (Economia, Jurídica e Chefia - fls. 55/62) opina pela emissão de **parecer favorável** às contas de 2015 da Prefeitura Municipal de Getulina, enquanto o **Ministério Público de Contas** (fls. 63/66) pugna pela **rejeição** dos demonstrativos.

Prosseguindo, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, do Ministério da Educação, levantados por minha assessoria, a situação operacional da educação no Município é retratada na Tabela a seguir.

Tabela 01 - Qualidade do Ensino

Índice Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica											
GETULINA	Nota Obtida						Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015
Anos Iniciais	4,1	5,0	5,0	4,6	4,5	5,4	4,2	4,5	4,9	5,2	5,5
Anos Finais	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM

NM=Não Municipalizado

Ainda em relação ao setor educacional, os dados do Censo Escolar 2015, revela que a situação da infraestrutura escolar é a seguinte:

Descrição das Escolas	2012	2013	2014	2015
Número de Escolas Municipais	4	4	4	4
% Escolas com Lab. Informática.	50,0%	75,0%	50,0%	50,0%
% Escolas com Lab. Ciências.	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
% Escolas com Cozinha	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% Escolas com Biblioteca	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
% Escolas com Parque Infantil	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

% Escolas com Acesso à Internet	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% Escolas oferecendo Merenda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Conforme dados da Fundação Seade, a situação operacional da saúde no Município é a seguintes:

Estatísticas Vitais e Saúde	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	2015	10,74	12,55	14,69
Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2015	46,14	47,35	52,41
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2015	8,62	6,94	10,66
Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	2015	8,62	6,94	12,04
Taxa de Mortalidade da População de 15 a 34 Anos (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2015	101,88	108,32	109,44
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2015	3.640,93	3.513,58	3.482,85
Nascidos Vivos de Mães com Menos de 18 Anos (Em %)	2015	11,21	8,80	6,25
Mães que fizeram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (Em %)	2015	83,93	74,77	77,77
Partos Cesáreos (Em %)	2015	67,24	76,30	59,40
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	2015	7,76	8,48	9,15
Gestações Pré-Termo (Em %)	2015	10,34	7,37	10,63
Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)	2016	3,33	2,83	1,28

Por fim, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal no exercício apresentaram as seguintes notas:

Indicador	Nota	Legenda
i-Educ	B	Altamente efetiva
i-Saúde	B+	Muito efetiva
i-Planejamento	B	Efetiva
i-Fiscal	B+	Em fase de adequação
i-Amb	B+	Baixo nível de adequação
i-Cidade	C+	
i-Gov-TI	C+	
IEGM	B	

Subsidiou o exame dos autos o TC-002154/126/15 que se refere ao Acompanhamento da Gestão Fiscal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Contas anteriores:

2014 TC 000062/026/14	favorável ¹
2013 TC 001589/026/13	favorável ²
2012 TC 001521/026/12	favorável ³

É o relatório.

rcbnm

¹ D.O.E. em 23/11/2016

² D.O.E. em 26/03/2015

³ D.O.E. em 31/05/2014



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Voto

TC-002154/026/15

Acompanhando posicionamento da ATJ, entendo que as contas da **Prefeitura Municipal de Getulina** reúnem condições suficientes para sua aprovação, tendo em vista o cumprimento dos limites legais e constitucionais, bem como os esclarecimentos e medidas tomadas pela Origem.

Os autos revelam que o Município investiu na manutenção e desenvolvimento do ensino o equivalente a **27,41%** das receitas provenientes de impostos e transferências na **educação básica**, atendendo dessa forma ao que dispõe o artigo 212 da Constituição Federal.

Dos recursos provenientes do **FUNDEB**, parcela equivalente a **79%** foi destinada à **valorização dos profissionais do magistério** em cumprimento ao disposto no artigo 60, XII do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo aplicado no exercício a **totalidade** dos recursos, cumprindo-se, dessa forma, o disposto no artigo 21, Caput e §2º, da Lei Federal nº 11.494/2007.

Destaco, a propósito, que em relação ao setor educacional o laudo de fiscalização registrou algumas anomalias que a administração procurou esclarecer e regularizar. Assim, cabe à fiscalização em oportuna verificação "*in loco*" certificar-se das medidas saneadoras noticiadas.

Nas **ações e serviços públicos de saúde** o Município aplicou o equivalente a **17,33%** da receita de impostos, atendendo, portanto, o artigo 7º da Lei Complementar nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

141, de 13-01-2012 c.c o artigo 77, inciso III, do ADCT, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados pelos Municípios no setor.

As **despesas com pessoal e reflexos**, ficaram abaixo do limite máximo fixado pelo artigo 20, III, "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal, posto que correspondentes a **51,15%** da receita corrente líquida.

Os **encargos sociais** do período foram devidamente recolhidos; os **repasses de duodécimos à Câmara Municipal** não ultrapassaram o limite máximo constitucional; e o município possuía, no exercício, **precatórios** que foram devidamente quitados. Nesse particular, destaco que a origem conseguiu demonstrar o pagamento dos requisitórios de baixa monta, afastando, assim, o apontamento da equipe técnica.

A execução orçamentária registrou superávit de R\$ 333.495,42 (1,30%) da receita arrecadada, cujo resultado diminuiu o déficit financeiro vindo do exercício anterior (de R\$ 767.542,57 para R\$ 73.323,81).

O déficit financeiro equivale a pouco mais de um (1) dia de arrecadação, o que, nos termos da jurisprudência da Casa, é plenamente aceitável, posto que não compromete a futura gestão.

O saldo da dívida de curto prazo diminuiu de R\$ 3.364.256,72 para R\$ 2.993.782,52, sendo que o índice de liquidez imediata ficou em 0,98%.

Assim, como as questões mais relevantes na análise das contas sob a ótica dos princípios da anualidade, unicidade e universalidade, se apresentam em ordem, considero que as



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

imperfeições registradas pela equipe técnica não formam conjunto suficiente para comprometê-las.

Suas incidências não obstaram o regular funcionamento dos setores onde se verificaram, nem causaram prejuízos de caráter financeiro. A maioria delas é substancialmente formal, foi bem justificada pela defesa que, inclusive, informou que medidas corretivas estão sendo adotadas para algumas. Por conta disso, podem ser relegadas ao campo das recomendações, devendo a equipe técnica, em oportuna fiscalização, certificar-se sobre as medidas anunciadas.

Por tudo isso, voto pela emissão de parecer **favorável** à aprovação das contas prestadas pela **Prefeitura Municipal de Getulina**, relativas ao exercício de 2015, exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

À margem do parecer, determino que se expeça ofício ao Executivo com as seguintes recomendações:

- observe, com relação ao Sistema de Controle Interno, o disposto nos artigos 31 e 74 da Constituição Federal e as orientações traçadas por este E. Tribunal no *Manual Básico - O Controle Interno do Município*.
- regularize o setor de iluminação pública e as imperfeições registradas pela fiscalização na área educacional; e
- contabilize corretamente as pendências judiciais.

É como voto.